

O Autor e seu Duplo nos ritos genéticos editoriais*

Luciana Salgado
Unicamp

Resumo:

Considerando as práticas editoriais em sua dinâmica histórica, esta pesquisa se concentra numa atividade profissional que tem contemplado reflexões sobre leitura e escrita, e assim tem orientado todas as etapas de tratamento dos textos destinados a publicação. Aqui, focalizo uma dessas etapas, entendendo-a como partícipe do *processo autoral* (que envolve diferentes agentes e operações), o que parece configurar um caráter coletivo da autoria, que entendemos ser característico das condições atuais da produção editorial. Nesse processo, o autor é chamado a um exercício de alteridade explicitado nos textos, cujas diretrizes dizem respeito às limitações e flexibilidades de cada projeto de publicação – momento especialmente interessante para examinar relações entre práticas discursivas e práticas textuais.

Abstract:

Considering some editorial practices in their historical dynamics, this research is concentrated on the professional practice that contemplate reflections on reading and writing, and has thus oriented all stages of the editorial treatment of texts. This article focuses on one of those stages, taking it as a participant of the *authorial process*, which involves different agents and operations that seem to figure as a collective aspect of authorship. We understand this process as being typical of the current conditions of editorial production: the author is summoned to an exercise of alterity made explicit in the texts, whose guidelines are related to the limitations and flexibilities of each publishing project – an interesting moment to examine the relationships between discursive and textual practices.

Palavras-chave: autoria, textualização, práticas discursivas

Key-words: authorship, textualization, discursive practices

Mots-clés: auctorialité, textualisation, pratiques discursives

Palabras-clave: autoría, textualización, prácticas discursivas

Uma breve introdução à problemática editorial

Desde meados dos anos 1990 e mais intensamente nos anos 2000, as publicações sobre *livro* se multiplicaram. Crônicas, ensaios, artigos científicos e livros sobre livros têm circulado em todo o planeta; no Brasil, reedições e traduções há muito esperadas compõem o universo de produções que fazem do livro um assunto "da ordem do dia".

Na esteira desse acontecimento, não raro como ramificações de um assunto tão vasto, também ganham terreno temas a princípio bem diversos, como letramento e marketing de produtos culturais, por exemplo. Em diversos campos de saber, o livro e tudo o que tem a ver com ele está em pauta. É possível dizer que isso aconteceu no ilustrado século XVIII ocidental também, ou antes, quando o formato códex ganhou circulação na Europa modificando as condições de acesso aos textos escritos e seus usos. Mas isso terá sido em conjunturas distintas da que vemos agora, quando uma espécie de vertigem tecnológica põe nova lenha numa fogueira acesa noutros tempos: os livros podem deixar de existir? Há uma conhecida passagem de Borges que freqüentemente é citada como resposta para isso:

Dentre os diversos instrumentos do homem, o livro é, sem dúvida, o mais assombroso. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões da visão; o telefone é extensão da voz; também temos o arado e a espada, como extensões dos braços. Mas o livro é outra coisa: o livro é extensão da memória e da imaginação (2002: 04).

E os livros seguem sendo objetos instigantes. São escritos e circulam cada vez mais em diferentes suportes, para preocupação de uns, que vêem nessa atual difusão o perigo do barateamento; para contentamento de outros, que entendem a farta produção e a múltipla distribuição como formas de viabilizar o acesso, dando conta da diversidade das populações humanas nas largas escalas que caracterizam o século XXI¹.

Há já uma tradição de estudos historiográficos ligados à leitura e à escritura e às relações entre ambas. No que tange aos estudos lingüísticos,



formas de abordar os livros, em termos de leitura e escritura, têm se multiplicado também. Mais recentemente, dentre as práticas de escritura, apenas começam a acontecer estudos voltados ao que nos interessa aqui: as práticas de revisão de textos. A revista *Langages*, uma referência importante para os campos de investigação da linguagem, em seu número 164, de dezembro de 2006, traz a edição temática "La révision de texte. Méthods, outils et processus", cujo texto introdutório se intitula "L'étude de la révision de texte: de la mono- à la pluridisciplinarité". Nela, pesquisadores de diferentes áreas avaliam, em situações bastante variadas, as atividades de revisão que acontecem no curso da produção escrita. A diretriz de todos eles é compreender os processos complexos e ainda pouco estudados de *ajustes, melhoramentos, reelaborações* e toda sorte de contribuições que, outrora pensadas como posteriores à produção dos textos, têm sido vistas como constitutivas, inclusive nos casos em que um outro opera esses rearranjos (*parceiro, professor* ou *programador de software escolar*, para dar alguns dos exemplos estudados). Há, nessa reunião de artigos em torno dos métodos, instrumentos e processos de revisão de textos, pesquisadores da neurolingüística, da psicolingüística, da lingüística textual e da crítica genética. Podemos dizer que uma hipótese fundamental guia essa confluência: a revisão de textos é um caminho de apropriação da textualidade; reler "ativamente" o próprio texto é que faz dele um texto próprio.

Aliás, muitos dos estudos sobre propriedade legal abordam aspectos da reelaboração dos textos, uma discussão também de outrora que renasce na vertigem tecnológica atual, quando novos meios materiais de circulação impõem perguntas como: o texto de um livro é o mesmo texto se for divulgado em CD Rom? Se a massa de texto for redistribuída para leitura na tela, quem fizer essa redistribuição terá feito um novo texto? Que direitos terá sobre essa nova forma de dar o texto a ler? E se o texto virar uma peça de teatro, um clipe...?

Tem-se falado em *coletivos criativos*, em *re-trabalho* e em *samplear*, notadamente nas artes plásticas e na música, mas toda produção cultural tem hoje, mais intensamente do que noutros tempos, que se haver com essas questões. Provavelmente porque houve um acirramento da noção de propriedade

como algo individual e privativo². No caso dos textos escritos, essas discussões também estão diretamente ligadas às representações da autoria. Juridicamente, há diversas perspectivas a considerar, por conta do próprio desenvolvimento das formulações jurídicas: como julgar uma apropriação indébita?

Nos estudos da Educação, os métodos, instrumentos e processos de revisão de textos são pensados como um trabalho que pode dar consistência à produção escrita dos estudantes em formação. Portanto *copiar, imitar, recontar, estilizar* são estratégias de construção de uma escritura própria. Pelo menos em linhas gerais. Também diante disso se põem questões relativas à autoria. Nesse caso, busca-se que os estudantes possam ser *autores*, isto é, capazes de produzir textos próprios. Tanto assim, que os exames vestibulares, por exemplo, e mesmo o Exame Nacional do Ensino Médio, avaliam essa "capacidade autoral" numa prova específica: a de Redação.

Na Teoria Literária, a autoria é um tema crucial e recebe tratamentos variados; é um campo de estudos riquíssimo, no qual vertentes encetam debates que não podem ser adequadamente mencionados em poucas linhas e, além disso, o foco, aqui, recai sobre as inquietações que conduzem a tratar da figura de autor; como se a autoria viesse à baila porque o lugar que é posto à luz, antes de qualquer outra coisa, é um lugar de alteridade explícita, digamos assim, e só se constitui como um lugar na relação com um outro que é sempre um autor. Refiro-me ao lugar do profissional que dá tratamento a textos que serão publicados.

Para pensar em termos de *lugares*, isto é, em termos de uma identidade social firmada historicamente e manifestada em práticas que se reiteram, procurando legitimar-se, tratarei da figura do autor no seu feixe de relações entre práticas editoriais que a identificam e outras, correlatas. O que significa dizer que tratarei da figura de autor discursivamente, nos termos da Análise do Discurso de linha francesa (dita AD).



Os ritos genéticos editoriais

Para estudar as práticas de tratamento de textos em vigor no mercado editorial, é preciso contemplar tanto as práticas generalizadas nas casas editoras quanto outras, menos oficiais embora igualmente generalizadas, dos autores. Herança de uma longa tradição, as formas atuais de tratamento dos textos que se preparam para ir a público, ainda que tenham os traços deste nosso tempo, remontam a práticas copistas anteriores até mesmo ao códex, na medida em que revelam o quanto o original de um autor, no longo processo que o transforma em publicação, movimenta-se, passando por diferentes olhares e cuidados.

No Brasil, no que diz respeito à regulação das práticas no mercado editorial, dentre outras ações que visam converter as iniciativas que envolvem o livro e a leitura em política de Estado, promulgou-se um importante marco legal em 30 de outubro de 2003 – a Lei n. 10.753, que institui a Política Nacional do Livro, num momento efervescente da produção editorial no país. Essa Lei menciona ineditamente a *cadeia criativa do livro*, além de contemplar a cadeia produtiva (que reúne editores, livreiros, distribuidores, gráficas e fabricantes de papel) e os mediadores da leitura (que são os escritores e outros profissionais do livro, educadores, bibliotecários e ongs), e também definir atribuições do Poder Público (os governos federal e estadual, as prefeituras e o Sistema S). Com isso, parece promover um deslocamento interessante dos programas de fomento à leitura, ao pôr em relevo a criação e a produção dos livros e não apenas as estratégias de distribuição e circulação, como há muito se fazia. Os incentivos à leitura aparecem, então, diretamente ligados a como as publicações são criadas, planejadas, feitas e distribuídas. E isso envolve coletivos complexos, etapas distintas de trabalho, uma grande diversidade de colaborações (FERREIRA et alii, 1997).

Neste artigo, considerando o tratamento editorial de textos como parte da cadeia criativa do livro, examino dois exemplos em que, no próprio texto do autor, a linearização de discursos é submetida a práticas sistemáticas de trabalho lingüístico, as quais, por sua vez, estão sujeitas a uma série de coerções

institucionais. Assumo, para tanto, a orientação teórica que vê os discursos como *práticas discursivas* (MAINGUENEAU, 2005) e supõe que eles se organizam em sistemas de restrições semânticas indissociáveis das dinâmicas sócio-históricas. No caso do processo editorial por que passam os textos autorais, observo como as marcas dessas restrições aparecem o tempo todo na etapa de tratamento de textos, na qual se pode constatar uma alteridade fundante estabelecida entre autor e editor de texto – escribas interlocutores, instituídos na discursividade que permite seu surgimento e consolida seus lugares.

Ao considerar o mercado editorial como uma instituição, da perspectiva discursiva que orienta esta reflexão, é preciso esclarecer que assumo o primado do interdiscurso sobre as práticas discursivas e que essa noção sublinha a imbricação dessas práticas com suas condições sócio-históricas de emergência (MAINGUENEAU, 2005: 21 *et passim*).

Sobre essas bases, para pensar os *ritos genéticos* de textos autorais que serão publicados (MAINGUENEAU, 2006a e b), é possível sustentar que, em termos de gênese, algo sempre fala antes e alhures, conforme propõe a Análise do Discurso desde Pêcheux. Assim, a alteridade que o editor de textos explicita, ao formular uma leitura que se vai registrando em anotações pontuais no corpo de um "original", não impõe ao autor um texto que não é seu, não o destitui de sua função nem de seus traços idiossincráticos, mas lhe oferece um percurso em seu próprio texto, deslocando sua primeira formulação. Com isso, joga luz sobre a condição dinâmica do texto, sobre a teia discursiva em que ele se amarra, sobre seu caráter de textualização, isto é, de trabalho em processo. A "leitura anotada" que o editor de textos faz propicia um distanciamento do autor em relação a seu texto-primeiro e, então, que ele possa ser um outro desse outro de si mostrado, amadurecendo a versão que irá a público.



Textualização como processo de produção dos sentidos

Os textos têm sido definidos em toda teoria textual, desde a Antigüidade, tanto por sua condição de totalidade quanto por sua condição de abertura. Em seu duplo funcionamento, os textos são unidades e são também inacabáveis, são composições com possibilidades de recomposição (ADAM, 1999). Trata-se de entendê-los como textualização, ou seja, em seus movimentos de tessitura, balizados sempre por condicionantes sociais e históricas. E, aqui, trata-se de observar a tessitura na matéria lingüística, posto que o trabalho do editor de textos tem seu caráter discursivo estribado nas questões de linguagem.

Por isso a AD se põe como proposta teórica pertinente para a abordagem desse ofício editorial: ela se formula como uma teoria da leitura que supõe a língua constitutivamente opaca e polissêmica, os sujeitos clivados e as conjunturas de interlocução sempre marcadas por lugares sociais (POSSENTI, 2004). Nesses termos, é possível considerar as textualizações em sua condição de interpretação, sendo esta não uma decodificação de signos ou um desvendamento do exterior textual, mas a "leitura dos vestígios da rede de discursos que envolvem os sentidos, que levam a outros textos, que estão sempre à procura de suas fontes" (GREGOLIN, 2003: 48), razão pela qual "os sentidos nunca se dão em definitivo; existem sempre aberturas por onde é possível o movimento da contradição, do deslocamento e da polêmica" (p. 49).

Vejamos um exemplo dessa movimentação dos sentidos no curso de uma interlocução editorial. Segue-se um processo de textualização do qual foram selecionadas algumas passagens. Sobre a versão "final" do autor, o editor de textos registra correções, reformulações e comentários. Nos documentos pesquisados, as cores usadas pelo interlocutor editorial são alaranjado para ajustes no corpo do texto e azul para notas. Aqui, por razões técnicas, todas as intervenções estão em negrito.

Exemplo I – sétimo parágrafo de um texto de aproximadamente 3 laudas (de 1.200 caracteres), versando sobre a importância do acesso à informação, nos

termos mais correntes dos atuais estudos em Administração de Empresas. Destinado a uma revista de circulação universitária, foi escrito por um autor freqüentemente chamado a publicar artigos de divulgação e que, com a mesma freqüência, submete seus trabalhos a tratamento editorial.

original

O processo de formação da cidadania também é o crescente acesso das pessoas ao mundo da informação. Ainda que a Internet seja restrita aproximadamente a 23 milhões de pessoas, com a fusão da TV ao computador esse cenário pode mudar radicalmente.

nova textualização

Um outro elemento do processo de formação da cidadania que merece relevo é o crescente acesso do cidadão comum à informação. Ainda que, no Brasil, a navegação na Internet esteja restrita a aproximadamente 23 milhões³ de pessoas, com a fusão da TV ao computador esse cenário pode mudar radicalmente.

Sendo esse excerto o sétimo parágrafo do artigo, quando já se enunciou que a cidadania *resulta* de um *processo de formação* que *envolve diversos elementos*, é interessante notar a substituição de *O processo de formação da cidadania também é o crescente acesso...* por *Um outro elemento do processo de formação da cidadania que merece relevo é o crescente acesso...* No novo arranjo, a enumeração dos "elementos envolvidos no processo de formação da cidadania" acaba se tornando o eixo. Veja-se ainda que a expressão *que merece relevo* produz um efeito de enumeração não-exaustiva – alguns elementos merecem relevo, segundo o texto em questão, mas possivelmente haverá outros não citados nele. Essa é uma posição distinta da que se produz no excerto original, no qual o *processo de formação da cidadania* é isso e aquilo e *também* aquilo... Não se esclarece se ele "é" diversas coisas ou "envolve diversos elementos". O acesso à informação acaba aparecendo como um dos elementos implicados.

Na reformulação de *...crescente acesso das pessoas ao mundo da informação...* para *...crescente acesso do cidadão comum à informação...*,



verificam-se operações que produzem efeito de maior precisão. Há uma recategorização de *pessoas*, termo que aparecerá linhas adiante para designar o restrito grupo que já tem acesso à internet no Brasil, e que passa, nesta primeira ocorrência, a *cidadão comum* – aquele que, afinal, é (ou será) cidadão porque tem (ou terá) acesso às condições de formação de sua cidadania. E o *mundo da informação*, algo quase mítico, passa à categoria de *a informação*, uma espécie de hipônimo da abstração sugerida por *mundo da...*, que parece objetivar o enunciado.

A seguir, *Ainda que a Internet seja restrita aproximadamente a 23 milhões de pessoas* é uma afirmação que se altera bastante em *Ainda que, no Brasil, a navegação na Internet esteja restrita a aproximadamente 23 milhões de pessoas*. Uma memória de caráter enciclopédico acrescenta uma contextualização do número *23 milhões* (onde isso ocorre? No Brasil) ou, se não isso, uma memória que permite avaliar, por exemplo, que esse número não tem sentido em termos planetários. Talvez o editor do texto tenha lançado mão de uma prática de checagem ou pesquisa. Além disso, o que é restrito a tão pouca gente, na nova textualização, não é a internet propriamente, mas a possibilidade de navegação – diferença relevante: não se trata de uma questão como, por exemplo, a da tevê (se aberta ou paga), mas da viabilização instrumental, material, de contato com uma estrutura que já se põe como acessível.

Interessante, por fim, notar a sugestão sobre a *forma* de apresentação do número *23 milhões*, e o modo como se apresenta essa preocupação com o efeito de sentido global. Fala-se em *tom chocante* supostamente pretendido pelo autor. E fala-se também na *organicidade* como sendo a adoção de um certo padrão de procedimentos que parece tornar mais fluente e convincente a apresentação do tom pretendido. Estão consideradas, na questão levantada, as coerções genéricas. Dizer que *13% da população brasileira tem acesso à navegação* é diferente de dizer que *23 milhões de pessoas navegam*. A porcentagem (13% da população) flagra a dimensão sociológica – trata-se de uma parcela muito pequena da população –, é já uma relação numérica. *23 milhões* registra um difuso grande número de pessoas, como muito freqüentemente lemos ou ouvimos na mídia, e

pode parecer muita gente, mesmo que 180 milhões sejam tanto mais, mas é tudo "milhões", perdidos numa escala pouco inteligível de imediato. *23 milhões* pode acabar sendo, nesse arranjo, uma formulação muito dependente das relações que o leitor terá condições de estabelecer, conforme seu repertório.

Isso ocorre porque não há uma relação biunívoca entre discursivizações e textualizações. Todo discurso manifesta-se textualmente, portanto as formas de textualizar estão diretamente condicionadas pelos lugares discursivos de onde se textualiza; mas esses textos são também condicionantes dos discursos, posto que deles advém a autorização para ocupar tais lugares, são como atestados materiais da legitimidade dessa ocupação. E se isso vale para o autor, que responde por seus textos em circulação; vale também para esse seu duplo, que deve assumir um lugar (estritamente ligado a esse do autor) para poder dizer o que diz como diz.

Os escribas de hoje

Essa abordagem discursiva da produção dos sentidos nos processos editoriais de textualização parece bastante proveitosa para o estudo da constituição da autoria, pois permite examinar a inextricabilidade entre práticas sociais de textualização, subjetivação e alteridade. Nos apontamentos que a leitura desse outro do autor assinala na matéria lingüística, no corpo do "original", podemos ver a pluralidade de atores sociais, lugares, dispositivos, técnicas e gestos que Roger Chartier aponta em toda a história das publicações. Em diversos estudos, o historiador relata o quanto os tipógrafos (outrora encarregados de pontuar os textos e decidir sobre sua disposição) ou os doutos *correctores* (eruditos contratados ou convidados para o que hoje chamamos revisão de provas) atuavam sobre a composição dos textos autorais, definindo-lhe as feições públicas. Tais práticas, verificadas já antes do século XVII, mas marcadamente nesse período e cada vez mais sistematizadas na crescente produção de cópias ao longo do século XVIII, foram sendo discutidas e reorganizadas até se promulgarem providências legais como o *copyright* na



Inglaterra (1709) e certas medidas de proteção ao autor na França (1777), que anunciaram a propriedade intelectual dos autores e, assim, delinearam os modos pelos quais eles podiam dispor de suas criações e negociar as características da versão a ser distribuída pelos livreiros, quase sempre tipógrafos-livreiros, os únicos que comercializavam os livros e que, por isso, detinham o poder sobre as cópias, sobre a versão a ser copiada e o alcance de sua circulação.

No século XIX, a designação *editor* aparece, institucionalizando com algum detalhe lugares e práticas do mercado editorial. Desde aí, ao editor cabe coordenar o processo de edição e circulação pública, captando criteriosamente "originais" e compondo equipes com trabalhadores especializados na edição de textos, inclusive em seus aspectos gráficos e relativos ao suporte. O percurso histórico que institui essa figura do editor mostra que a publicação de um texto nunca foi mera reprodução gráfica de um material tal qual apresentado por seu autor.

No Ocidente, desde que a prática da leitura transpôs os monásticos *scriptoria* medievais e se aprimorou o formato códex, estimulando-se a circulação dos textos, mesmo quando as cópias eram todas manuscritas, a constituição da autoria de textos produzidos com o fim de circular envolve explícita e oficialmente gestos outros além dos do autor. Diversos profissionais atuam como co-enunciadores, trabalhando para garantir a autoridade do autor na proficiência do texto que lhe confere esse lugar. Desse modo, embora a versão "original", ao passar por tratamento editorial, movimente-se – às vezes em novas direções, às vezes tornando contundentes certos traços, ou mesmo abrindo mão de outros –, esse movimento do texto não se transforma em co-autoria, e não é propriamente uma reescritura; é ainda autoria, amparo à escritura do autor que, através da leitura desse outro, navega águas que seu próprio texto oferece e, com isso, se não pode fechá-lo definitivamente (porque ele será sempre textualização, movimento de produção dos sentidos diante de cada leitor futuro), pode tentar garantir que certas leituras estejam mais autorizadas que outras, que certas memórias discursivas tendam a se atualizar, filiando o texto a uma dada rede de dizeres.

Assim, o tratamento editorial de textos indica o que parece ser brecha para deriva e também o que parece ser o fio condutor, propondo ajustes sempre pautados pelo projeto editorial, de acordo com o gênero de publicação que se está preparando. De fato, estão em jogo práticas da ordem do discurso: a alteridade que se institui na composição da autoria, em torno do autor, trabalhando pelo texto dele, no texto dele, opera sobre a matéria lingüística (opaca e heterogênea), em sua condição textual (una e inacabada), com base em modos de ler e interpretar (que são históricos). Observando esse trabalho, vemos que os sentidos se produzem não nesta ou naquela manobra, na substituição de uma palavra ou numa nova pontuação, mas no conjunto desses movimentos, com as coerções genéricas que lhes delimitam. Vejamos outro exemplo:

Exemplo II: quatro excertos de uma obra que reúne especialistas e não-especialistas em torno do tema *infância, adolescência e aids*, compilando depoimentos de pessoas diretamente envolvidas com o trabalho cotidiano de assistência a crianças e adolescentes vivendo ou convivendo com AIDS/HIV e arrazoados de estudiosos e organizadores da luta pela contenção da epidemia e pela prevenção como atitude.

A interlocução discursiva está bastante evidente nas práticas interativas que se registram: a organizadora (também autora) da obra coletiva convida um colega a interagir com o responsável pelo tratamento editorial. O diálogo caminha sem nunca fechar o texto; ao contrário, sugere-se sempre, com base nas observações desencadeadas pela notas do editor de textos, que ele mesmo decida sobre "os rumos da prosa".

O documento pesquisado utilizava as seguintes cores: magenta para as correções gramaticais e outras mudanças na malha textual, azul para dúvidas do editor de textos, vermelho para o colega convidado a participar, verde para a autora-organizadora. Por razões técnicas, as intervenções estão todas em negrito, as réplicas estarão em preto sem destaque, introduzidas por uma barra (/) para o convidado e duas barras (//) para a autora-organizadora. Os nomes de pessoas foram modificados.



excerto (i)

O aprendizado coletivo nos leva, finalmente, a sugerir alguns princípios orientadores para a área de infância, adolescência e aids, que são: 1) trabalhar pela garantia dos Direitos Humanos como perspectiva norteadora de ações governamentais e não-governamentais direcionadas à população infanto-juvenil vivendo e convivendo com HIV/AIDS; 2) priorizar políticas públicas que articulem ações de prevenção e assistência em diferentes esferas (saúde, educação, **assistência social**⁴⁵, justiça) e (...)

Ao modo de um fórum (aliás, os textos reunidos nessa obra são registros dos fóruns de que os autores vêm participando ao longo de anos), debate-se acerca de uma solução para o problema levantado: o que é essa categoria "assistência social"? É a reunião de assistência à saúde, à educação e à justiça ou, num dado campo de saber, emersa de dadas práticas, *assistência social* pode assumir um sentido outro?

Túlio (o colega convidado) concorda com a categorização proposta por Sílvia (editora de textos), mas Ilda (autora-organizadora) explica por que discorda dessa categorização: 1. de seu lugar (especialista, uma das organizadoras da obra e dos fóruns que discutem o tema) apresenta um conhecimento específico – as divisões do serviço público no Brasil prevêem essa departamentalização, 2. informa Sílvia de que Túlio não é brasileiro e por isso (provavelmente) *não se antenou para esse detalhe*. Fica clara a condição histórica e social da produção dos sentidos: aqui, depende da inserção numa dada sociedade – a brasileira –, num certo momento histórico – hoje em dia –, num certo setor de serviços – o de saúde pública.

A interferência do interlocutor editorial não altera a redação final, portanto. Mas penetra numa discussão não sem relevância, chamando a atenção dos interlocutores-organizadores para uma categoria fundamental nesse trabalho e possivelmente para divergências entre eles até então insuspeitadas.

excerto (ii)

Em 1996, com a implementação do chamado *coquetel de medicamentos antiretrovirais*, pudemos obter um maior controle da doença, **tanto do ponto de**

vista da medicina quanto da qualidade de vida de adultos e crianças ⁵⁸. O uso dos medicamentos aumentou a expectativa de vida e, desde esse ano, as mortes e as doenças ocasionadas pela **aids** têm diminuído significativamente no Brasil (Ministério da Saúde do Brasil, 2002b).

Fizeram-se alterações relativas a padronizações editoriais. A primeira delas, ao se atribuir o recurso itálico a *coquetel de medicamentos antiretrovirais*. Esse marcador gráfico pode ter várias funções e, aqui, parece ligado ao fato de se estar introduzindo uma referência que recorrerá em toda a obra, algo que deve ser lido como uma expressão, um sintagma, uma unidade de sentido. A segunda padronização editorial são as letras minúsculas em *aids*, que parecem refletir a opção por um recurso gráfico que evita o visual poluente das maiúsculas (uma diretriz editorial bastante freqüente), mas talvez se pudesse considerar também esta interpretação: as minúsculas tornam mais "comum" a AIDS que, grafada como sigla em caixa alta, parece ganhar um destaque indesejável nesse contexto.

Na nota 8, levanta-se um problema de categorização: o que são "o ponto de vista da medicina" e "qualidade de vida"? Na formulação do interlocutor editorial, é possível inferir um pressuposto: em *Em que medida essa "qualidade de vida" é algo diferente do "ponto de vista da medicina"?* depreende-se que, em princípio, são coisas iguais ou pelo menos não-diferentes e, se forem diferentes, o serão em alguma medida. E parece que levanta uma questão crucial (que nos remete mais uma vez às coerções genéricas). Registra: *Esta é a introdução da publicação, nenhum aprofundamento sobre isso foi feito...*, alegando um certo procedimento a seguir e instituindo a necessidade de uma decisão filosófica e epistemológica – *a saúde, para o senso comum, pelo menos, está incluída na idéia de "qualidade de vida"*, uma afirmação baseada em uma certa memória discursiva.

A relevância dessa intervenção é clara: Túlio e Ilda estão de acordo com a reformulação que visa categorizar os termos, e aí a questão genérica também se põe: *se for nota*, há uma proposta que esclarece as duas categorias (ponto de vista da medicina e qualidade de vida); *se for no texto*, propõe-se uma substituição, "qualidade de vida" passa a *controle da doença, tanto da perspectiva das*



instituições médicas quanto das experiências de vida de crianças e adultos vivendo com HIV/AIDS.

Mas permanece ainda uma questão, que não é sobre essas categorias, reformuladas sem assombro. Pela mão dos organizadores, volta para seu interlocutor editorial a decisão sobre *como pode ficar bom*. Não basta ter opções bem formuladas para a tessitura, uma para a inserção de uma nota e outra para o corpo do texto, é preciso decidir sobre qual dos recursos será mais adequado à circulação material do texto. Decisão confiada a Sílvia, agora munida de informações que os autores apresentam como balizas para uma finalização.

excerto (iii)

Nesse sentido, estabelecemos uma parceria com o GEISH-Grupo Interdisciplinar de Sexualidade Humana da Faculdade de Educação da UNICAMP e, **sem nenhum financiamento**⁶, viabilizamos um curso mensal para representantes de 15 instituições ligadas ao Fórum. Nesses encontros, temos realizado leituras e debates sobre temas como concepções de infância, adolescência, sexualidade, relações de gênero, adesão aos medicamentos, revelação do diagnóstico, elaboração de projetos, trabalho voluntário, papel do adulto, participação e ações educativas junto à população atendida. O curso contribuiu para a adesão de mais pessoas ao GT, para o fortalecimento do grupo e permitiu que pudéssemos delinear as iniciativas para 2004.

Na nota do interlocutor editorial, registra-se uma preocupação com a *luta* e com o público que *vai ler estes textos*, suposto como *interessadíssimo em saber coisas desse tipo*. Essa preocupação se coloca justamente no que diz respeito à progressão do texto – *Este parece um dado tão relevante, no contexto de luta e dificuldades que descreveram até aqui, que fica estranho ser apenas um comentário en passant*. Ao que um dos organizadores responde ratificando a pertinência da questão: *a gente tira tanto leite de pedra que nem se lembra de falar das coisas*. E, então, sugere-se que *Talvez pudesse colocar um rodapé* –

decisão que será delegada a Silvia, que *saberá dizer melhor* o que se deu a saber. Pode-se dizer que há uma partilha, marcada pelo grau de informalidade com que certos dados aparecem, por exemplo: *A verdade é que amolei tantos meus colegas da universidade e eles são tao sensíveis que vieram dar o curso de graça, acredita?*. Esse enunciado não é uma proposta de ajuste da malha textual, mas uma informação que deve encaminhar o tom da tessitura.

excerto (iv)

Nesse momento, a criança é ouvida por seus amigos e aprende a ouvir também. Muitas atividades podem ser feitas em roda: **contar** novidades, **fazer circular** sacos-surpresa, **criar** fantasias, **ouvir** músicas, **soprar** bolinhas de sabão, **partilhar** brinquedos **trazidos** de casa e até simples conversas, coisas do **dia-a-dia** que as crianças adoram falar, por exemplo: do seu final de semana, da sua casa, quem chupa chupeta ou toma mamadeira, quem faz xixi na cama ou novidades do mundo, como os coalas da **Austrália** e **a extinta arara azul brasileira**⁷.

Para encerrar esse exemplo, um excerto em que quase todas as marcas em negrito são correções gramaticais, o que seria, digamos, a tarefa básica de um revisor, mas é a nota 7 que merece destaque: nela se verifica que não cabe mesmo a quem edita os textos definir a versão a ser publicada. Se assim fosse, uma informação falsa ou errônea – a de que a arara azul está extinta – poderia ser sumariamente cortada. Mas as noções de autoria e de texto com que trabalha esse profissional conduzem, mais uma vez, a um diálogo; informa-se que a arara azul é objeto de um programa de manejo e conservação, e com base nisso é que se debatem soluções. Chama a atenção o entusiasmo com que os organizadores recebem o registro. Uma solução possível é oferecida por Túlio e ratificada por Ilda, que acaba fazendo uma observação específica sobre o trabalho – *Vc é uma revisora que sabe das coisas...* E não importa se Sílvia conhecia o dado ou fez uma pesquisa; em ambos os casos, ela "sabe das coisas" porque ocupou um lugar textualizando sua legitimação.

Ilda ainda registra uma observação sobre sua própria condição de organizadora-autora e, no limite, sobre o próprio processo de escritura, que



partilha, numa reflexão metadiscursiva jocosa: *Tanta coisa que a Arara me escapou*. Essa passagem nos permite inferir que está selada aí a confiança na tessitura que produz a versão a ser publicada.

O duplo do autor: estranho e familiar

Nos exemplos apresentados, vemos o quanto é pertinente para uma prática de edição proveitosa compreender o "processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e lêem" (CHARTIER, 2002: 61). O mercado editorial produz uma série de publicações, e todas elas são palavra que vai a público, são, de certo modo, um momento de consagração, quando um dito se amarra decisivamente a um dizer. Essa é a força das discursividades cosendo a rede de práticas que são o vivido, a construção social. Estudá-las requer que se considerem os modos de dizer, isto é, os materiais textuais como centro de movimentos complexos de entrelaçamento do lingüístico com o não-lingüístico, dos enunciados com suas formas de emergência e de transmissão.

Se voltamos a Borges, para quem o livro é um instrumento humano de extensão da memória e da imaginação, entendemos de que consagração se trata: da condição espaço-temporal do humano, da materialidade da vida. Nesses termos, publicar textos – manuais, reflexões filosóficas, discussões científicas, crônicas, novelas... – é um modo de pôr a energia social em movimento. Entremeando-se e entrecortando-se, as discursivizações constroem uma história e projetam um futuro; estabelecem, com isso, zonas de convergências em que práticas menos ou mais sistemáticas se acumulam, instituindo espaços de troca que se reconhecem como tal – é o caso do mercado editorial.

Nesse espaço, diversos lugares discursivos se põem como pontos nodais de uma rede. O lugar de autor é um deles, é um móbil de certas trocas. O lugar de interlocutor editorial é outro, conexo ao de autor. Dele, um leitor profissional oferece ao autor a explicitação da interlocução que todo texto supõe e, no caso das publicações, pretende. Assim, no tratamento editorial de textos, escribas

trabalham a matéria lingüística operando sobre a "vitalidade textual". Esse trabalho faz parte do que chamei de *ritos genéticos editoriais* (Cf. SALGADO, 2007).

São esses ritos que, ao confrontar escribas – os autores e seus interlocutores editoriais – fazem funcionar a autoria nas muitas formas que ela assume atualmente, quando a criação é um processo cada vez mais coletivo e socialmente partilhado, embora a alguns soe estranha essa afirmação, imersos que estão numa crença enaltecida do "sujeito criador" como gênio autônomo. É o que atestam muitas das reflexões desenvolvidas em diferentes campos de saber, sobre os sistemas de proteção à propriedade intelectual, suas relações com as práticas de leitura e, mais além, com as políticas públicas de acesso ao bem cultural em confronto com as corporações editoriais e toda uma ideologia voltada à glorificação de certos gêneros, certos nomes, certas formas de circulação (Cf. WOODMANSEE; JASZI, 2006).

Um caminho de pesquisa que vejo, a partir dessa constatação, é o estudo das representações do trabalho intelectual, quase sempre pensado só como produção estritamente acadêmica, principalmente no que tange às ciências humanas. Com a atual multiplicação de tecnologias que alimentam a aceleração dos fluxos de informação, muitos novos ofícios ligados à produção intelectual (que está de muitos modos ligada à produção editorial) exigem formações que não estão necessariamente ligadas às atividades acadêmicas. Essa problemática é um dos objetos mais instigantes que se oferecem hoje aos analistas de discurso, porque os materiais textuais, olhados como textualização, permitem compreender, nas dinâmicas institucionais, muitas das desestruturas e reestruturas que se vêm impondo às instituições e aos sujeitos que nelas se instituem, aos lugares que ocupam.

Nessa conjuntura, a autoria é uma aposta e o trabalho do interlocutor editorial, uma promessa. E, para que a promessa se cumpra e a aposta valha a pena, os ritos genéticos editoriais não podem desconsiderar os laços de solidariedade que, por meio da textualização, se estabelecem entre escribas. Essa interlocução profissional é um "ofício de lingüista" na medida em que o escriba



interlocutor calibra o texto do escriba autor enfrentando filosófica e pragmaticamente os desequilíbrios constitutivos da atividade linguageira. Certamente os ritos genéticos editoriais pressupõem certas práticas e conhecimentos objetivos, mas o modo como efetivamente contribuem para a vitalidade dos textos depende da partilha entre escribas, estabelecida em cada experiência, e que possivelmente será tanto mais proveitosa quanto menos se exigirem objetivações prévias – donde a importância da confiança que se estabelece (ou precisa se estabelecer) nesse processo.

Com base nisso, seria muito interessante analisar a representação desses lugares nas notas dos editores de texto, uma vez que, na maneira como fazem seus apontamentos, há modulações e explicações (ou há ausência delas) que dão a ver um jogo complexo entre escribas, um jogo de autorizações recíprocas balizadas por posicionamentos mostrados com maior ou menor ênfase, elaborados no curso dessa interlocução anotada. Se retomamos o quadro de Pêcheux (1969) para as posições-sujeito:

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

podemos pensar em A como escriba autor e B como escriba interlocutor editorial, levando em conta que as perguntas da terceira coluna implicam um regime de mundos éticos (ou seja, de mundos em que prevalecem certos *ethé*)⁸ e a dinâmica de lugares que, em toda cena enunciativa, se impõe aos sujeitos em interlocução.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **Linguistique Textuelle – des genres de discours aux textes**. Paris: Editions Nathan, 1999.
- BORGES, Jorge Luis. (1978) **Cinco visões pessoais**. Trad. M. Rosinda Ramos da Silva Brasília: Unb, 2002.
- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Trad. Fúlvia Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.
- FERREIRA, Jerusa Pires; GUINSBURG, Jacó; BOCCHINI, Maria Otilia & MARTINS FILHO, Plínio. **Livros, editoras e projetos**. São Paulo: ComArte/Ateliê/Bartira, 1997.
- GREGOLIN, Maria do Rosário V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?. In: GREGOLIN & BARONAS (orgs.). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2003, pp. 47-58.
- KOELLREUTTER, Hans-Joachim. Sobre o valor e o desvalor da obra de arte. In **Estudos Avançados**, vol. 13, n. 37, dez. 1999, p. 251-260. Dossiê Memória. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1984) **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. (2005) **Discurso Literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006a.
- _____. **Contre Saint Proust ou la fin de la Littérature**. Paris: Bélin, 2006b.
- MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PECHEUX, Michel. (1969). Análise Automática do Discurso. In GADET & HAK(orgs). **Por uma análise automática do discurso**. (reimpressão 2001). Diversos tradutores, revisão técnica Eni Orlandi. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 61-105.
- POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM; BENTES (orgs.). **Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos**. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004, pp. 353-392.
- SALGADO, Luciana. **Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização**. Tese de doutorado, 2007. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.



SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Multiculturalismo e direitos coletivos. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar** – os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WOODMANSEE, Martha; JASZI, Peter (eds.). (1994) **The Construction of authorship** – textual appropriation in law and literature. 3rd. printing. London: Duke University Press, 2006.

Notas:

* Este trabalho se desenvolve atualmente no âmbito do grupo de estudos interinstitucional e interdisciplinar “O estranho familiar na literatura e em outras manifestações culturais”, inserido na linha de pesquisa “O dialogismo no discurso literário”, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo. Uma versão preliminar foi apresentada na JIED – I Jornada Internacional de Estudos do Discurso, UEM, Maringá, abril de 2008.

¹ Esse não é um embate entre duas posições bem definidas e desdobra uma complexa problemática. Para situar minimamente os discursos que põem em relevo essa preocupação, cito a introdução do artigo “Sobre o valor e o valor da obra de arte”, de H. J. Koellreutter, publicado na revista *Estudos Avançados* em 1999, numa seção dedicada a discutir as condições atuais da *criação*: “Numa época em que grande número de valores tradicionais, até a própria verdade tem sua validade posta em questão, a educação para a seleção e para o senso de valor e desvalor adquire uma importância capital. Permito-me, por isso, enfatizar que a educação artística e estética moderna, hoje, deveriam tratar especialmente dos conceitos de valor. Tal teoria de valores, porém, encontraria dificuldades consideráveis no campo relativista da arte” (p. 251).

² “De fato, a construção do Estado contemporâneo e de seu Direito foi marcada pelo individualismo jurídico ou pela transformação de um todo titular de direito em um indivíduo. Assim foi feito com as empresas, as sociedades e com o próprio Estado; criou-se a ficção de que cada um deles era pessoa, chamada de jurídica ou moral, individual. Assim também foi feito com os diferentes povos, criando a ficção de que cada povo indígena seria uma individualidade com direitos protegidos. Isso transformava os direitos essencialmente coletivos dos povos em direitos individuais. O Direito contemporâneo, além de individualista, é dicotômico: às pessoas – indivíduos titulares de direitos – corresponde uma coisa, o bem jurídico protegido” (SOUZA FILHO, in SANTOS, 2003: 73).

³ A forma e o conteúdo... *23 milhões*, apesar do que vc quer dizer, provoca, no curso da leitura, o efeito de “nossa, quanta gente!”. Sugiro que vc transforme esse dado em porcentagem – vai ficar mais adequado ao tom do que vc está dizendo – chocante, do ponto de vista social – e terá maior organicidade em relação à porcentagem que vc cursou na seqüência.

⁴ Não sei se no jargão da área isso é claro, mas, em princípio, a saúde, a educação e a justiça de que se fala aí são formas de assistência a crianças e adolescentes. "Assistência" sozinha refere-se a algum apoio ou serviço específico? /Concordo, acho que devemos tirar. //SILVIA, Acho conveniente deixar porque no Brasil temos o serviço público dividido em segmentos saúde educ.juística ,assistência social que no caso deste debate é importante.O túlio tinha concordado porque como ele não é brasileiro não se antenou para este detalhe, mas pode colocar assistência social.

⁵ Em que medida essa "qualidade de vida" é algo diferente do "ponto de vista da medicina"? Esta é a introdução da publicação, nenhum aprofundamento sobre isso foi feito e a saúde, para o senso comum, pelo menos, está incluída na idéia de "qualidade de vida". /Acho bom, então, colocar uma nota aclaratória ou aclarar dentro do texto da forma seguinte: Se for nota: O ponto de vista médico significa a visão da instituição médica e o ponto de vista da qualidade de vida significa a experiência de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS. Se for no texto: controle da doença, tanto da perspectiva das instituições médicas quanto das experiências de vida de crianças e adultos vivendo com HIH/AIDS.//SILVIA eu gosto mais da sugestão de incluir no texto, veja como pode ficar bom, por favor.

⁶ Este parece um dado tão relevante, no contexto de luta e dificuldades que descreveram até aqui, que fica estranho ser apenas um comentário em passant Como é que se "viabilizou" a iniciativa? Penso que quem vai ler estes textos está interessadíssimo em saber coisas desse tipo.//Que engraçado vc perguntar isso, a gente tira tanto leite de pedra que nem se lembra de falar das coisas. Talvez pudesse colocar um rodapé. A verdade é que amolei tantos meus colegas da unicamp e eles são tao sensíveis que vieram dar o curso de graça ,acredita? Mas daí no segundo ano escrevi um projeto incluindo o livro e o curso e conseguimos recursos .Enfim, acho que podemos colocar uma nota de rodapé. O primeiro ano do curso foi realizado sem financiamento contando com a colaboração voluntária dos membros do geish e de cada ONG que financiou o almoço e transporte de seus membros. No segundo ano do curso obtivemos financiamento do PE DST AIDS que...

⁷ Ela não foi extinta. O trabalho de pesquisa, manejo e conservação da espécie vem sendo desenvolvido pela equipe da bióloga Neiva Guedes, do Projeto Arara Azul. /Muito bom, poderíamos mudar para o risco de extinção da //que ótimo! Vc é uma revisora que sabe das coisas...acho bom em risco de extinção.Tanta coisa que a Arara me escapou.

⁸ Par uma discussão sobre as noções de ethos discursivo, estereotipia e regimes de ethé, sugerimos as diversas análises constantes em MOTTA e SALGADO (orgs.), 2008.

